

Por Antonio Penteado Mendonça



Falta pouco para o início da COP 30, o evento que reunirá países do mundo inteiro para discutir o que acontece com o clima, as medidas a serem tomadas para reverter o quadro, ou pelo menos para diminuir a velocidade da degradação ambiental, o total de dinheiro a ser investido pelos países ricos, etc. O que não falta é tema. Basta olhar o que acontece no planeta para se ter certeza de que o assunto é sério e que é preciso fazer alguma coisa urgentemente.

O problema é o que, e como? Os Estados Unidos abandonaram o Acordo de Paris, e, sem eles, a conferência fica esvaziada. É o mau exemplo para deixarem o assunto para depois. Só que não há depois, os efeitos já estão acontecendo faz tempo, não tem mais jeito de dizer que está tudo certo. As seguradoras sabem disso porque pagam parte relevante da conta. E para complicar mais, vários países estão incomodados com os preços cobrados em Belém.

No ano passado os eventos de origem climáticos custaram mais de 250 bilhões de dólares. As seguradoras responderam com mais ou menos 60 bilhões, principalmente em indenizações pagas nos países ricos. O drama está aí. Os países menos ricos têm muito pouco seguro para fazer frente a eventos desta natureza. Quem morre com a conta, pouco depois da tragédia, é a própria vítima.

Num primeiro momento, ações emergenciais do governo e campanhas de solidariedade entram em cena e diminuem os prejuízos, colocam as vítimas em escolas, igrejas e estádios, onde elas recebem auxílio emergencial para superarem a falta de condições mínimas para retomarem suas vidas. Mas isto é o primeiro momento. A emergência. O tempo passa, a tempestade acaba, mas os prejuízos ficam. E nesta hora a maioria das vítimas não tem com quem contar. Não recebem auxílio para reconstruírem suas casas, refazerem seus negócios, reorganizarem suas vidas. Que o digam os moradores da Serra Fluminense que há mais de 10 anos aguardam em vão a prometida ajudado Poder Público, que nunca veio.

As seguradoras brasileiras apresentaram um projeto para criação de um seguro obrigatório emergencial para catástrofes. Não é uma indenização para reconstruir casas ou negócios, é um dinheiro a ser pago imediatamente após a ocorrência do evento para as vítimas enfrentarem suas primeiras necessidades.

Mas há outros danos decorrentes das mudanças climáticas. Entre eles as secas prolongadas que atingem determinadas regiões, não apenas o semiárido nordestino, mas, por exemplo, o Rio Grande do Sul que nos 2 anos anteriores às chuvas de 2023, sofreu uma seca extremamente severa.

Em números, as chuvas de 2024 custaram 6 bilhões de reais em indenizações de seguros, enquanto as secas custaram 10 bilhões. A soma dá 16 bilhões de reais, que é muito dinheiro, mas muito menos que o total dos prejuízos.

A COP 30 não deve discutir especificamente estes temas, mas sua realização no Brasil, e mais que isso na Amazônia, é uma oportunidade para este quadro entrar na ordem do dia, até porque as probabilidades da situação se agravar são concretas. É preciso discutir soluções. Não fazer nada para minorar as catástrofes futuras é o pior que pode acontecer.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 04.08.2025.